Relatório de Síntese Global das Atividades de Mapeamento Participativo

Rapport de Synthèse Globale des Activités de Cartographie participative

Maio de 2009-Julho de 2011 Relatório de Síntese Global das atividades Projeto de cartografia Participativa dentro da bacia do congo

-- 1 de 60 --

projeto de cartografia participativa dentro da bacia do congo 2 BRAINFOREST Bairro Ambowé, B.P : 23 749 Libreville – Tel : 07 97 84 25 E-mail : info@brain-forest.org – www.brain-forest.org N° de registro : 00265/MISPD/SG/CT - NIF : 89616C ©Maio de 2009- Julho de 2011 RELATÓRIO APRESENTADO POR DJINANG Martial NGUEMA ALLOGO Freddy NZIENGUI KASSA Sam MEYE OBIANG Olivier

-- 2 de 60 --

Maio de 2009-Julho de 2011 Relatório de Síntese Global das atividades Projeto de cartografia Participativa dentro da bacia do congo

-- 3 de 60 --

projeto de cartografia participativa dentro da bacia do congo 4 Sumário

Contexto geral .....5 objetivos .....9 Escolha dos locais .....11 Metodologia e aCtividades .....13 i - Metodologia .....13 ii - atividades .....14 resultados e reCoMMendações por zona .....17 i - zona do Woleu-ntem: Minvoul .....17 ii - zona da ngounié : ikobey .....29 iii - zona do ogooué-ivindo : Makokou .....35 iv -zona da foz : margem esquerda..... 44 dificuldades .....55 Conclusão geral.....57

-- 4 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 5 contexto geral As florestas gabonenses são duma riqueza biológica capital e constituem uma parte importante da fonte de renda do país, mas também são o meio de subsistência de dezenas de milhares de gaboneses. a problemática da governança dos recursos naturais aumentou de mais em mais ao longo do nosso século, especialmente através da coabitação em terras comuns de vários atores com objetivos e interesses nem sempre convergentes. de fato, enquanto alguns se apropriam do espaço florestal para necessidades econômicas e de conservação, outros o consideram antes de tudo

como seu principal habitat, o lugar onde extraem os elementos necessários à sua sobrevivência. assim, as populações rurais, os concessionários florestais e mineradores, assim como os Gestores das áreas protegidas, se apropriam com algumas exceções do mesmo espaço florestal. Além das populações que abriga e cuja sobrevivência está intimamente ligada à utilização da floresta e de seus recursos, o espaço florestal gabonense se caracteriza pelo desenvolvimento de vários processos de gestão dos recursos naturais. trata-se, em particular, de: A exploração do ferro a província do ogooué-ivindo renferme uma das maiores reservas de ferro do mundo, cuja exploração foi confiada a um consórcio chinês (ceMec). esta concessão de exploração mineral se estende por 7700 km2.

-- 5 de 60 --

projeto de cartografia participativa dentro da bacia do congo 6 A presença das Áreas protegidas : em agosto de 2002, o presidente omar bongo odiMba criou, por meio de uma série de decretos presidenciais, uma Rede de 13 parques nacionais, cobrindo 30.138 km² (incluindo 1.293 km² de território marinho), ou seja, mais de 11% do território nacional. a criação desses parques nacionais constituirá uma iniciativa sem igual na áfrica central e colocará o Gabão no topo da hierarquia africana em matéria de gestão das áreas protegidas. A existência de concessões florestais o panorama florestal nacional se caracteriza também pela presença de várias concessões florestais sob aménagement durável (Rougier Gabon, ttib, olam Gabon, htG, Sunry Gabon, Grand bois, etc.) por um lado e concessões ainda não em atividade por outro lado.\nesse sentido, várias pesquisas realizadas anteriormente indicam que as populações locais e indígenas vivem prioritariamente da extração de recursos naturais na floresta por meio da prática de suas atividades de pesca, coleta, caça, agricultura, etc. da mesma forma, estudos como: “ a Gestão dos recursos naturais pelas populações do Komo-océan” (aventura Sem Fronteiras), “o Relatório MaRp” (brainforest 2008), “a gestão fundiária em meio rural” (brainforest, 2010) e “caracterização das atividades da população de Makokou dentro do parque nacional do ivindo ” (Marion viano, 2005), revelaram que várias das atividades mencionadas são realizadas em terras comunitárias, que em sua essência estão localizadas dentro ou na periferia dos parques nacionais e das concessões florestais e minerais acima mencionadas.\nessa situação de coabitação entre os diferentes usuários coloca nosso país no centro duma preocupação da dimensão mundial que est celle da conciliação dos direitos e interesses das comunidades com as necessidades de gestão durável das florestas. Fortes desse constatado e na preocupação de promover os direitos das comunidades locais, o legislador adotará em 2007 a lei n°003/2007 de 27 de agosto de 2007

-- 6 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 7 relativa aos parques nacionais. este texto, ao mesmo tempo que defende a gestão participativa dos parques nacionais, previu vários elementos que materializam a consideração dos direitos e interesses das comunidades locais. trata-se, em particular: – da criação, classificação e desclassificação total ou parcial dos parques nacionais levando em conta os direitos consuetudinários das comunidades locais (artigo 4); – da modificação dos limites de um parque nacional ou de sua zona periférica a obrigatoriamente precedida de um estudo de impacto ambiental, após consulta às autoridades e às comunidades locais (artigo 7); – da criação de uma zona periférica e de uma zona de amortecimento em cada parque nacional (artigos 13, 14 e 15); – da criação de um comitê consultivo de gestão local em cada parque (artigos 18 e 45); – da consideração dos direitos de uso das populações locais nos planos de gestão dos parques nacionais (artigo 21); – da possibilidade de modificação dos limites de um parque nacional por decreto tomado em conselho de Ministros sem que isso resulte em uma diminuição superior a dois por cento (2%) da superfície do parque em questão, isto durante um período de cinco anos a contar da promulgação da lei sobre os parques

nacionais (artigo 69). No que diz respeito aos setores florestal e marítimo, o legislador, por meio do código Florestal e do código das pescas e da aquicultura, também previu outros mecanismos de participação e de salvaguarda dos direitos das comunidades que se resumem no que segue: – da criação de um domínio florestal rural (artigo 5, código Florestal); – os direitos de uso consuetudinários (artigo 14 e capítulo vi, código Florestal e artigo 4 do código das pescas e da aquicultura); – as florestas comunitárias (artigo 156, código Florestal); – a batida administrativa (artigo 196, código Florestal), iniciada pela administração a fim de abater os animais em caso de destruição das culturas ou de ameaça à vida humana por estes; – a contribuição dos exploradores florestais para a realização de obras sociais nas aldeias (artigo 251 código Florestal); – a legítima defesa (artigo 171 e 172 do código Florestal).

-- 7 de 60 --

projeto de cartografia participativa dentro da bacia do congo 8 sempre nessa perspectiva, um programa Setorial Floresta ambiente (pSFe) foi iniciado. um de seus méritos foi não apenas prever a participação das comunidades na gestão dos recursos naturais, mas também dotar nosso país de um plano de desenvolvimento de povos indígenas. considerando a multiplicidade de atores em matéria de gestão dos recursos naturais, a confusão entre alguns territórios comunitários e os espaços reservados para outros usuários da floresta, considerando também as fracas capacidades das comunidades para assegurar seu espaço fundiário e participar dos processos de gestão durável dos recursos naturais conforme prescrito pela legislação em vigor, brainforest, com o apoio da Rainforest Foundation United Kingdom, considerou necessário trazer sua experiência aos diferentes atores em geral e às comunidades locais em particular por meio do projeto de cartografia participativa. de fato, as pesquisas atuais sobre o desmatamento e os mecanismos que podem impedi-lo sugerem que a segurança do regime fundiário e dos direitos consuetudinários é uma das formas mais eficazes de proteger as florestas e reduzir a pobreza das comunidades florestais.

-- 8 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 9 objetivos O projeto de cartografia participativa, de forma global, tem como ambição de promover a consideração dos direitos das comunidades florestais nos processos legislativos, políticos e estratégicos em relação ao acesso, controle e uso das florestas. este objetivo global se desdobra em três objetivos específicos que dizem respeito, em particular: – o Fortalecimento das capacidades das comunidades locais, incluindo autochtonas, dos membros da sociedade civil e dos agentes do estado em cartografia participativa; – o apoio das comunidades na produção de mapas participativos de seus territórios comunitários e de utilização dos recursos florestais; – o uso dos mapas participativos assim produzidos, para a consideração dos direitos das comunidades nos diferentes processos em nível local e regulatório referentes à gestão dos recursos na- turais.

-- 9 de 60 --

projeto de cartografia participativa dentro da bacia do congo 10

-- 10 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 11 escolha dos locais a escolha dos locais e das comunidades parceiras foi feita com base em um certo número de critérios, quase comuns. trata-se entre outros: – o problema de acesso aos recursos florestais enfrentado pelas co- munidades locais e indígenas devido à sua forte dependência em relação às florestas para sua sobrevivência e particularmente para os povos autochtones (Minvoul, Makokou, pongara e ikobey); – o conflito homem-elefante (Makokou e pongara); – a ausência de retornos econômicos apesar da exploração florestal (ikobey, Minvoul e Makokou); – a falta de conhecimento e a ausência de

materialização dos limites dos parques nacionais e de sua zona periférica (ivindo, Minkébé, pongara e Waka); – a proximidade dessas comunidades com o local bélinga (Makokou); – conflitos intercomunitários em relação à propriedade costumeira (Makokou); – o sobreposição e às vezes uma confusão entre os territórios comunitários, as concessões e as áreas protegidas (Minvoul, Makokou, ikobey e ponga- ra); – baixas capacidades das comunidades locais em termos de conhecimento de seus direitos costumeiros e de metodologia para acessá-los (Minvoul, Makokou, ikobey e pongara). – a ausência de um quadro formal de concertação a nível local entre os diferentes atores envolvidos na gestão dos recursos naturais.

-- 11 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 12

-- 12 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 13 Metodologia e atividades i - Metodologia para alcançar seus objetivos, o projeto adotou uma abordagem participativa baseada de forma geral no fortalecimento das capacidades dos atores do projeto, nas trocas, na coleta de dados, em missões chamadas de validação das cartas produzidas e em oficinas para contribuir para a implementação dos quadros de gestão concertada dos recursos naturais. para produzir mais impacto, nos certificamos de trabalhar com as diferentes categorias a seguir: comunidades locais, administrações técnicas e organizações da sociedade civil. No que diz respeito especificamente à administração e com o objetivo de produzir também mais impacto, o projeto trabalhou com as administrações centrais e locais. no âmbito do fortalecimento de capacidade e além das diferentes formações dispensadas, a brainforest se preocupou em envolver as partes interessadas nas missões de campo, questão para elas de unir a teoria à prática, mas também para garantir que os representantes da administração se apropriem das realidades comunitárias. para facilitar sua participação nas negociações com a administração e os serviços técnicos envolvidos e os outros usuários das florestas, para um melhor acesso aos recursos e uma partilha equitativa dos benefícios, os representantes das comunidades foram treinados em técnicas de advocacy. de forma geral, sempre realizamos reuniões de preparação prévia das grandes reuniões com todos os representantes das comunidades locais e indígenas.

-- 13 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 14 a abordagem do diálogo multiatores também foi utilizada no âmbito deste projeto, a fim de contribuir para o desenvolvimento na localidade de uma gestão participativa focada na participação das comunidades não apenas nas discussões, no planejamento, mas também na gestão das florestas e na fruição dos retornos a elas relacionados. ii - atividades Formações dos tecnicos SIG sobre a utilização dos GPS e elaboração das cartas, dos facilitadores em técnicas de pesquisa participativa e formação dos cartógrafos locais e palestras educativas (Sobre os usos possíveis das cartas produzidas, sobre o apoio à definição dos critérios de escolha dos representantes comunitários nas negociações, as técnicas de advocacy e de lobbying). Missão de pré-prospecção com o objetivo de conhecer o contexto geral com ênfase na problemática da gestão dos recursos naturais; entrar em contato com a autoridades, as administrações e as comunidades locais e apresentar o projeto; e finalmente definir os critérios de escolha das comunidades com as quais o projeto será implementado. Missão de prospecção ela permite retornar à apresentação do projeto aos parceiros e dar continuidade ao conhecimento das comunidades escolhidas (modo de vida, gestão dos recursos naturais, nível de desenvolvimento, conflitos relacionados ao uso dos recursos etc.). é também durante esta missão que todos os elementos logísticos (as pistas rodoviárias e fluviais percorridas pelas comunidades, o tempo passado na floresta, a realização no solo do mapa dos territórios e do uso dos recursos, e sua transposição para o papel, a

restauração das equipes na floresta etc.) são preparados.

-- 14 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 15 Missão de coleta de dados esta ocorre em duas fases; de fato, enquanto várias equipes (compostas por facilitadores e representantes das comunidades atuando como cartógrafos locais) se dirigem à floresta munidos de blocos de notas e dos GPS para a coleta dos pontos referentes aos territórios comunitários e as atividades que lá são praticadas, outra equipe trabalha na aldeia para aprofundar os estudos socioeconômicos (Pesquisa participativa). O tratamento dos dados GPS e produção dos mapas este trabalho é feito com base em todos os pontos coletados pelas equipes de floresta. Missão de validação dos mapas durante esta missão, trata-se de apresentar às partes interessadas em geral e às comunidades em particular os rascunhos dos mapas e dos relatórios de estudos socioeconômicos produzidos para emendas. a produção de um modelo em ikobey no âmbito do mapeamento participativo 3 d.

-- 15 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 16 Missão de entrega dos mapas e apoio das comunidades: durante a definição dos critérios de escolha de seus representantes nas trocas com a administração. Missão que é frequentemente seguida ou combinada com a Missão de palestra educativa com as comunidades locais sobre as técnicas de advocacy e lobbying e adoção de uma estratégia de lobbying; Oficina multiatores: ou de restituição a nível local para apresentar os resultados e trocar sobre a implementação de um quadro de gestão concertada dos recursos naturais; Missão de apoio das partes interessadas: durante a implementação das recomendações da oficina multiatores, e de consultas das partes interessadas sobre o conteúdo de um protocolo de entendimento entre a administração e as comunidades sobre a prática dos direitos de uso costumeiros e econômicos na massa florestal de Minkébé oeste. Missão de apresentação e emenda do modelo do protocolo produzido.

-- 16 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 17 Resultados e Recomendações por zona i - Zona do WoleU-nteM: MinvoUl Figura: localização e distribuição do espaço na província do Woleu- ntem

-- 17 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 18 Figura: mapa de localização das aldeias estudadas i -1) Resultados do projeto de mapeamento participativo em MinvoUl a) em matéria de Fortalecimento das capacidades Formação em mapeamento participativo, manipulação do GPS e Co- leta de dados cartográficos no âmbito da implementação do projeto no Gabão, particularmente para o lançamento na província, 28 pessoas foram formadas nas metodologias de trabalho participativo (abordagem de trabalho com as comunidades locais, mapeamento participativo). participaram desta formação seis (6) pessoas provenientes da administração central e lokal, vinte (20) pessoas provenientes da sociedade civil nacional e internacional. além disso, 17 membros das comunidades das 4 aldeias foram formados sobre a utilização do GPS e a coleta de dados.

-- 18 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 19 tabela 1: pessoas que foram formadas em método de pesquisa participativa n° nome e prenome organização Facilitadores 0 Georges-thierry handJa Rainforest Foundation UK participantes 1 Joe eiSen Rainforest Foundation UK 2 edwige eyanG eFFa brainforest 3 Martial dJinanG brainforest 4 Jean François ondZaGha Mba brainforest 5 Richelieu ZUe obaMe brainforest 6 Meye obianG olivier brainforest 7 nZienGUi KaSSa Sam brainforest 8 estimé Rosaire Mbithe MinapyGa 9 louis nZenGUet ndanGoU iMaGe

Gabon nature 10 henri ndonG Génération eau claire 11 lydie teSSe eden 12 alex oKe MinSo edzengui (Minvoul) 11 MeZUi M’eKoGha antoine MineF Minvoul 13 Rafael aoUba (sociologo) aSF 14 parfait ndonG ondo aSF 15 MaGaMa MUcKetU pépin anpn 16 Jean daniel MoUKaGni iKapi conservador Minkebe oeste 17 audrey paméla MaRoUndoU FenSed 18 Géraldine obone ndonG iRet 19 Jean paul obaMe anpn, MineF, eneF 20 Frédéric parfait ella aRiGa 21 pierre MiGolet MineF 22 Marc ella aKoU WWF 23 hervé nZienGUi nZahoU ami do pangolim 24 France carole bella conscience baleine 25 paulin yeMbi cadde 26 carmen KoUeRey aSF Figura: Distribuição dos participantes de acordo com sua origem profissional

-- 19 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 20 Apoio das comunidades na definição dos critérios de escolha de seus representantes; Apoio na definição do papel e das responsabilidades de estes em relação às suas comunidades para iniciar a fase de negociação e lobbying com os decisores e permitir assim que seus mapas e seus direitos sejam reconhecidos e levados em conta nos processos locais em matéria de gestão dos recursos naturais, as comunidades foram apoiadas na definição dos critérios de escolha de seus representantes também chamados "deputados comunitários". quanto a essas escolhas, nosso apoio levou as comunidades a definir critérios baseando-se tanto nos aspectos de representatividade quanto de eficácia. No que diz respeito ao aspecto representatividade, as comunidades, referindo-se à coabitação Fang/baka, decidiram por uma distribuição igual dos assentos entre esses grupos étnicos. essa decisão foi, aliás, objeto de uma aplicação efetiva pelas partes interessadas. Relativamente ao aspecto eficácia, as comunidades desejavam que seus potenciais representantes pudessem atender às seguintes condições: – estar disponível para a comunidade. – ter um bom conhecimento da floresta e ter participado do proces- sos desde o início. – estar eloquente e ter habilidades para se expressar facilmente em público; – estar identificado como alguém positivo e com um comportamento exemplar dentro de sua comunidade. Um apoio também foi dado às comunidades na definição do papel e das responsabilidades dos representantes escolhidos. de fato, ao compará-los com os deputados da assembleia nacional, foi-lhes dada a missão de promover os interesses de todos os seus membros junto às outras partes interessadas, especialmente em matéria de gestão dos recursos naturais do maciço de Minkébé. foi-lhes também recomendado priorizar antes de tudo os interesses do grupo em detrimento de seus interesses pessoais e egoístas. em última análise, a obrigação de prestar contas também foi recomendada de sempre proceder a uma restituição das atividades realizadas no âmbito de esses projetos à sua comunidade.

-- 20 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 21 tabela resumo dos representantes e das pessoas recursos noMS e pRénoMS coMMUnaUté GRoUpe ethniqUe titRe 1-NDONG MBOULA Alain Bitouga/Associação Edzengui Baka Pessoa Recurso 2-OKE MINSO’O Alex Presidente da Associação Edzengui Baka Pessoa Recurso 3-BITEGHE Edgar Elarmintang Fang Pessoas Recursos 4-MEDANG René Doumassi Baka Representante 5-MBAZOGHE Melvin Doumassi Baka Representante 6-BIYOGHE Jean Doumassi Fang Representante 7-MEYONG ME NNA Richard Doumassi Fang Representante 8-EDAN Clément Doumassi Fang Representante 9-NTOUTOUME EKOME Léon Bitouga Baka Representante 10-AKARE Michel Bitouga Baka Representante 11-ETIME AZOMBE Blaise Bitouga Baka Representante 12-FANKEM Jean-Marie Bitouga Naturalizado Gabonês Representante 13-EBIO Joseph Esseng/Elarmintang Fang ASF 14-NDONG Alain Esseng/Elarmintang Fang ASF 15-NTOUTOUME Robert Esseng/Elarmintang Baka ANPN 16-BIKE Benjamin Esseng/Elarmintang Baka Conservador Minkebe Oeste 17-BWASSEBA Bertrand Eto’o Baka FENSED 18-NDZOBO Gervais Eto’o Baka IRET 19-BISSO’O Hubert Eto’o Fang ANPN, MINEF, ENEF Conversa educativa com os representantes

comunitários sobre o Plai- doyer / Lobbying e apoio na definição de um plano de advocacy a fim de engajar de maneira eficaz a fase de negociação com os decisores para uma melhor consideração de seus direitos e interesses no sistema local de gestão de recursos, com base nos mapas produzidos, pensamos ser prudente proceder a uma preparação prévia das comunidades. Estas foram notavelmente educadas sobre os envolvimentos do plaidoyer e os passos ou dicas a serem respeitados para uma campanha eficaz. Após essa formação, as comunidades acharam prudente adotar um plano de apresentação única da situação de seus direitos em matéria de gestão de recursos naturais na área. E para isso, concordaram sobre a necessidade de utilizar seus trabalhos de mapeamento participativo como ferramenta de ilustração. Assim, as comunidades agora são capazes de apresentar de forma clara, seus problemas e as soluções relacionadas em matéria de gestão de terras e recursos.

-- 21 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 22 b) em matéria de produção de mapas e documentos Mapas Produzidos no total 4 mapas dos territórios comunitários e do uso dos recursos naturais pelas comunidades foram produzidos no âmbito do projeto na Woleu-n’tem (ver figuras abaixo): Figura: mapa dos territórios comunitários e do uso dos recursos naturais da comunidade de doumassi

-- 22 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 23 Figura: mapa dos territórios comunitários e do uso dos recursos naturais da comunidade de elarmintang Figura: mapa dos territórios e do uso dos recursos naturais das comunidades de eto’o

-- 23 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 24 Figura 1: mapa do uso dos recursos naturais da comunidade de bitouga À luz dos diferentes mapas participativos das comunidades, várias conclusões podem ser tiradas. A ocupação do espaço utilizado depende do meio de transporte e do tipo de via utilizada, mas também da distância ou da proximidade do recurso em relação à aldeia e da atividade relacionada. Documentos produzidos Um Relatório de Estudo intitulado: « Modo de vida e Gestão dos Recursos Naturais pelas Comunidades que vivem na periferia do Parque Nacional de Minkébé Oeste: Caso das Aldeias Doumassi, Bitouga, Eto’o e Elarmintang» esse relatório que apresenta como seu título indica o modo de vida e de gestão dos recursos naturais pelas comunidades, bem como as principais dificuldades que enfrentam no acesso a esses recursos, foi produzido com o objetivo de apoiar os mapas participativos.

-- 24 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 25 todo apresentando o contexto histórico com a remoção forçada pelo colonizador de Minkébé, o presente relatório apresenta o forte apego das comunidades da área ao uso dos recursos naturais para sua sobrevivência. Este relatório fala também dos problemas relacionados à gestão dos recursos naturais: existência de práticas de má gestão de recursos naturais, conflitos no nível do uso do espaço, ausência de um quadro de diálogo entre os diferentes usuários da floresta, problema de acesso e uso dos recursos pelas comunidades, ausência de delimitação do parque e de sua zona periférica, falta de retornos da exploração florestal para as comunidades, etc.) nesta área. O relatório também propõe algumas recomendações: Educação environmental, desenvolvimento das alternativas à caça, consideração dos direitos de uso das comunidades na gestão do parque e da concessão florestal ttib, materialização dos limites do parque de sa zona périférica sobre a bases da cartografia participativa. Um Relatório do Workshop conjunto relativo à contribuição da Brainforest à implementação de um quadro de gestão concertada dos recursos naturais dentro

da massa florestal de Minkébé Oeste (Minvoul) dentro do âmbito de seus projetos « mapeamento participativo na bacia du congo» e «Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais no Gabão» a brainforest a organizou um workshop sobre sua contribuição à implementação de um quadro de gestão concertada dos recursos naturais. Através deste, tratou-se de forma global de contribuir para a implementação dentro da zona de Minvoul de um quadro de gestão concertada dos recursos naturais que leve em conta os direitos das comunidades locais e indígenas. De forma específica, tratou-se de: – Fazer uma restituição dos trabalhos de mapeamento e de pesquisas parti- cipativas realizadas sobre a gestão das florestas pelas comunidades locais e indígenas de Minkébé; – Facilitar o diálogo entre os diferentes atores envolvidos na ges- tão das florestas de Minvoul sobre o sistema atual de gestão dos res- sursos naturais e as mudanças desejadas;

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 26 – Facilitar a consideração dos direitos das comunidades nos pro- cessos locais de gestão das florestas através da capitalização dos tra- vallos de mapeamento e das pesquisas participativas realizadas; – amorçar a reflexão sobre a ideia de implementação de um comitê de acompanhamento da gestão dos recursos naturais na zona de Minvoul. Este relatório aborda amplamente o desenvolvimento e o conteúdo das trocas, assim como as resoluções que foram tomadas visando a efetiva implicação das com- munidades e a boa gestão dos recursos da massa florestal de Minkébé. Um protocolo de entendimento sobre a prática das atividades de subsistência através do gozo dos direitos consuetudinários e econômicos pelas comunidades na massa florestal de Minkébé Oeste ao final do workshop realizado em 4 de setembro de 2010 e sobre a contribuição da brainforest à implementação de um quadro de gestão concertada dos recursos da massa florestal de Minkébé oeste, as comunidades haviam formulado a necessidade de assinar com as administrações técnicas envolvidas (agência nacional dos parques nacionais e águas e Florestas) um protocolo de entendimento. Este deveria, de fato, abordar a prática de seus direitos de uso na massa florestal de Minkébé. Na mesma ocasião, a responsabilidade de produzir uma primeira versão deste documento foi confiada à brainforest. Até hoje, não apenas este protocolo foi produzido, mas ele foi emendado pelas várias partes interessadas que se preparam para sua assinatura. Através deste protocolo de entendimento, trata-se para as partes interessadas de alcançar os seguintes objetivos: – preencher o vazio criado pela ausência de um plano de gestão para o parque na- tional de Minkébé; – conciliar os interesses de conservação com os das populações locais no quadro do respeito dos direitos de uso consuetudinários e econômicos; – definir as atividades de subsistência e as modalidades de prática de implementação na massa florestal de Minkébé enquanto se aguarda a futura elaboração do plano de gestão do parque nacional; – definir os limites autorizados para a prática das atividades de subsistência;

Relatório de Síntese Global das atividades 27 – definir o material a ser utilizado para a prática das atividades mencionadas; – materializar o diálogo iniciado entre as comunidades e a adminis- tração no quadro do processo de gestão concertada dos recursos naturais previsto pelos textos em vigor no território nacional. c) em matéria de Gestão participativa de recursos naturais e consideração dos direitos das comunidades locais e indígenas nos pro- cessos de gestão dos recursos naturais o projeto de mapeamento participativo desenvolveu uma nova dinâmica ao redor da gestão dos recursos naturais da massa florestal de Minkébé. o projeto permitiu experimentar a abordagem de gestão participativa como prevista pelos textos em vigor em nosso país. De fato, por sua abordagem de consulta às diferentes partes e de workshop multiatores, a gestão dos recursos de Minvoul está progressivamente revolucionada. Pela primeira vez e de forma oficial, comunidades, ONGs e administração puderam se encontrar para

trocar não apenas sobre os trabalhos de mapeamento participativo mas a também pela montagem do modelo de gestão participativa que leva em conta os direitos das comunidades. O caráter frutífero dessas trocas se materializa, aliás, pela assinatura em curso do protocolo de acordo acima mencionado. i -2) oportunidades/ Recomendações para Minvoul inspirando-nos não apenas no contexto atual, mas também nos avanços obtidos no âmbito deste projeto nesta área, formulamos as seguintes recomendações: – Fazer o acompanhamento do protocolo de entendimento em curso de assinatura entre a ad- ministração e as comunidades; – proceder à divulgação do protocolo assinado junto às partes pre- nantes, ao menos aquelas que não participaram das negociações; – proceder à implementação de um comitê restrito que vai se assegurar não apenas do respeito a este protocolo, mas também de manter a dyna- mica impulsionada em torno da gestão dos recursos naturais em Min- voul;

-- 27 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 28 – desenvolver um plano de gestão do parque nacional que leve em conta os trabalhos de mapeamento participativo realizados e que se inspire; – em razão do início iminente de novo projeto florestal na área, é importante preparar as comunidades sobre as disposições do código florestal em relação aos seus direitos; – proceder à delimitação do parque e de sua zona periférica utilizando mapeamento participativo; – Fazer também uso do mapeamento participativo no âmbito da elaboração dos planos de manejo das concessões florestais; – zelar para envolver os operadores florestais na dinâmica desenvolvida em torno da gestão sustentável dos recursos naturais na área; – desenvolver linhas de trabalho sobre as florestas comunitárias com base no mapeamento participativo.

-- 28 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 29 ii - Zona da nGoUnié: iKobey ii -1) Resultados do projeto de mapeamento participativo en 3d em ikobey O mapeamento participativo em 3d é um método de mapeamento baseado na comunidade que «integra conhecimentos locais espaciais com dados sobre a elevação da terra e a profundidade do mar para produzir maquetes em relevo autônomas, em escala e georreferenciadas, essencialmente baseadas em conhecimentos espaciais locais. O uso da terra e a cobertura, e outros são representados por informantes no modelo, por meio do uso de alfinetes (pontos), fios (linhas) e pinturas (polígonos). No final, uma grade da escala georreferenciada é aplicada para facilitar a extração de dados ou importação. Os dados representados no modelo são extraídos, digitalizados e traçados. Ao contrário da maioria dos

-- 29 de 60 --

projetos de mapeamento participativo na bacia do Congo 30 métodos de mapeamento comunitário, que normalmente implicam a população local através de descidas à floresta para coletar dados géo-referenciados, a modelagem 3d participativa reúne pessoas diferentes em um mesmo lugar, onde transferem para a maquete seu conhecimento tradicional enraizado neles. A abordagem é particularmente bem adaptada a áreas de relevo acidentado ou montanhoso, como ikobey. a) Em termos de Capacitação A atividade, que é a primeira do tipo na África Central, serviu como um quadro de formação e capacitação dos atores sub-regionais. Formação em mapeamento participativo 3D No âmbito da implementação do projeto na província, cerca de (14) vilas localizadas na periferia nordeste do parque foram introduzidas às métodos de mapeamento participativo em 3d e mais de 27 indivíduos provenientes das administrações públicas encarregadas da gestão dos recursos naturais, de sociedades civis nacionais e internacionais foram formados em metodologia de trabalho com as comunidades e de mapeamento em 3d, durante um workshop sub-regional. foto: Formação e informação

sobre os aspectos e a prática do mapeamento em 3d

-- 30 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 31 Apoio às comunidades na apresentação às autoridades locais da maquete e das zonas de atividades e uso dos recursos natu- rais. Com o objetivo de permitir uma apresentação eficaz dos resultados obtidos aos decisores e garantir que sua maquete seja reconhecida e levada em conta, e seus conhecimentos e saberes sejam valorizados nos processos locais em termos de gestão dos recursos naturais e turismo, as comunidades passaram por uma preparação eficaz. b) Em termos de produção de mapas e documentos Mapas e Maquete Produzidos No total, uma maquete sobre o uso do espaço e os recursos naturais pelas comunidades e um mapa em 2d foram produzidos no âmbito da atividade 3 d na província (ver figuras abaixo). Figura 1: mapa resultante da extração de dados da maquete em 3d, imagem do workshop de mapeamento em 3d

-- 31 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do Congo 32 Documentos produzidos Um Relatório do workshop de mapeamento participativo em 3D: este relatório apresenta as diferentes etapas da construção da maquete até seu enriquecimento por comunidades babongo et tsogho. Ele enumera os principais líneas do processo todo em referindo-se aos diferentes ensinamentos recebidos pelos participantes. Ele apresenta as grandes recomendações e as expectativas das comunidades em relação à administração (anpn e águas e Florestas) e da principal empresa madeireira na área, Sunly. Um Relatório sobre o Modo de vida e a Gestão dos Recursos naturais pelas comunidades locais produzido com o objetivo de embasar os mapas participativos, este relatório apresenta os diferentes modos de vida e de gestão dos recursos naturais pelas comunidades, assim como as principais dificuldades que enfrentam no acesso a esses recursos. O relatório apresenta também algumas recomendações a serem implementadas para uma gestão eficaz dos recursos na área.

-- 32 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 33 ii -2) oportunidades /Recomendações para a zona de ikobey Os principais resultados obtidos são uma oportunidade para reconhecer os direitos das comunidades no acesso e gestão dos recursos naturais através dos processos em andamento, como: – Estabelecer uma colaboração entre os atores locais (WcS, brain- forest, anpn, MinapyGa e comunidades locais) para a capitalização dos ganhos da 3d. – A implementação do plano de gestão do parque em se inspirando na ma- quete produzida. O projeto de mapeamento participativo na província da ngounié forneceu uma oportunidade única para as comunidades babonGo e tSoGho darem forma ao seu conhecimento tradicional imaterial através da construção de uma maquete de ocupação do espaço da periferia do parque nacional de WaKa. Foi também uma oportunidade para as administrações e onGs nacionais e internacionais se beneficiarem da formação e serem expostas às métodos pGiS / p3dM dadas por especialistas do cta e ipacc, mas este projeto também permitiu a facilitação de encontros de troca entre os parceiros da sociedade civil envolvidos na defesa dos direitos das comunidades indígenas.\nA adoção da p3dM no Gabão permitiu ao mesmo tempo que outros atores, como organizações de conservação, pudessem trabalhar em sinergia com o projeto através da realização de ações conjuntas visando uma melhor consideração dos interesses das comunidades florestais na gestão das áreas protegidas. Podemos citar o WRi no âmbito da implementação de um atlas florestal do Gabão. O mapa produzido é uma oportunidade dela também se servir, entre outros, o ministério do meio ambiente, responsável pela elaboração dos Rpp no âmbito do processo Redd.

-- 33 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do Congo 34 Recomendações e expectativas ações esperadas pelas comunidades e recomendações direcionadas Mudar o Nome do Parque Nacional de Waka para Parque Nacional de IKOBEY, Recuar os limites do Parque, Incluir as comunidades na gestão do Parque nacional: compartilhamento equitativo dos recursos oriundos da gestão do parque (Babongo e Tsogho), reconhecimento dos territórios comunitários, consideração dos direitos típicos e valorização dos saberes locais das comunidades na gestão do parque. Agência Nacional dos Parques Nacionais... Recepção dos benefícios oriundos da exploração madeireira Ministério das Águas e Florestas e Empresa madeireira... Resolver os problemas de conflitos entre humanos e fauna (destruição das culturas pelos animais «elefantes »...). Educar, Formar e Sensibilizar as comunidades sobre a lei dos parques nacionais e a gestão sustentável dos recursos naturais, Estabelecer um quadro consertado de gestão dos recursos naturais. Agência Nacional dos Parques Nacionais, Ministério das Águas e Florestas e Ministério da Agricultura e ONG Aquisição dos PGG para a construção, Consideração dos indígenas no emprego nos canteiros Ministério das Águas e Florestas, Empresa madeireira... A capitalização dos resultados obtidos na 3 D Administração, Brainforest, WCS, MINAPYGA A facilitação das trocas entre os diferentes atores Brainforest e WCS

-- 34 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 35 iii - Zona do oGooUé-ivindo: MaKoKoU Figura: Distribuição do espaço na província do ogooué ivindo O mapeamento participativo foi desenvolvido com quatro (4) vilas, a saber: loaloa, Mekob, Mayibouth 1 e adjap. iii -1) Resultados do projeto em ogooué-ivindo a) Em termos de Capacitação No âmbito da implementação do projeto na província, quatro (4) pessoas provenientes das administrações públicas encarregadas da gestão dos recursos naturais a nível local foram formadas nas metodologias de trabalho participativo. Da mesma forma, 15 membros das comunidades oriundos de 4 vilas foram formados no uso do GpS e na coleta de dados cartográficos.

-- 35 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do Congo 36 Figura: mapa de localização das vilas envolvidas

-- 36 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 37 tabela 1: pessoas que foram formadas em metodologia de trabalho participativo nomes e sobrenomes origens profissionais Status 1 eSSono bibanG alain inspeção das águas e das Florestas de l'ogooué ivindo agente das águas e Florestas 2 KoUbapey Guy Roger anpn- parque nacional de ivindo/FiGet ecoguia (FiGet) 3 panGona Juste perfeito FiGet agente 4 yenZo Rony Ulrich anpn- parque nacional de Minkébé ecoguarda (anpn) tabela 2: distribuição dos cartógrafos locais que foram formados de acordo com suas vilas vilas número de cartógrafos formados Mayibouth 1 4 Mekob 5 loaloa 2 adjap 4 Total 15 Para iniciar a fase de negociação e lobby com os decisores e permitir assim que, por um lado, seu mapa seja reconhecido e que este seja levado em conta nos processos locais em termos de gestão dos recursos naturais, as comunidades foram apoiadas na definição dos critérios de escolha de seus representantes, também chamados de «deputados comunitários». Com base nesses critérios definidos de forma participativa, elas procederam à escolha de oito (8) pessoas que deverão, conforme necessário, representar a comunidade a fim de defender seus interesses nos processos locais de gestão dos recursos naturais e de compartilhamento dos benefícios relacionados. tabela 3: resumo dos representantes das comunidades nomes e sobrenomes vilas contatos ABAH Jean Robert Mekob BASTOTO Célestin Bonasse Mayibouth 1 BOBA Jean-Jacques Adjap- Banapouté David Loaloa MASSONA Albert Loaloa 07 90 50 04 MBAYA MBAYA Judes Paulin Mayibouth 1 07 15 91 20 MOUNGOULOU Jean-Pierre Adjap-

Banapouté NDOH OKOYE Daniel Mekob

-- 37 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do Congo 38 b) Em termos de mapas e documentos produzidos Mapas Produzidos 4 mapas participativos dos territórios comunitários e de uso dos recursos naturais pelas comunidades foram produzidos na ogooué- ivindo (ver figuras abaixo): Figura 2: mapa de uso dos recursos naturais da comunidade de Mayibouth 1

-- 38 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 39 Figura 3: mapa de uso dos recursos naturais da comunidade de loaloa Figura 4: mapa de uso dos recursos naturais das comunidades de adjap-banapouté

-- 39 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do Congo 40 Figura 1: mapa de uso dos recursos naturais da comunidade de Mekob

-- 40 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 41 Documentos produzidos Relatório de estudo preliminar sobre os territórios ancestrais no parque nacional do Ivindo este estudo traça a história das migrações dos povos Kota que partiram do baixo Ivindo para a cidade de Makokou. este estudo é principalmente uma ferramenta de orientação para o gestor na implementação de contratos de acesso e uso dos recursos naturais pelas comunidades no parque. por outro lado, o estudo sobre os territórios ancestrais vem sem dúvida confirmar a pertença e o apego ancestral a essas terras, das comunidades Kota dos bairros epassendjè i, ii e Mbolo iii, às quedas Kongou (baixo Ivindo). e é mais que nécessário que partes diferentes interessadas fassam prova de abertura e diálogo para que sejam estabelecidos quadros de concertação e consulta a nível local e contratos de gestão para uma consideração desses resultados no futuro plano de gestão. isso a fim de apaziguar as relações conflituosas existentes quanto ao que diz respeito à prática dos direitos de uso costumeiros nesta zona do baixo Ivindo. Figura: mapa de localização das aldeias afetadas pelo estudo preliminar

-- 41 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 42 Relatório do estudo sobre o Modo de vida e a Gestão dos Recursos Naturais pelas comunidades de Adjap-Banapouté, Mayiboth, Mekob e Loaloa produzido em complemento ao trabalho de mapeamento, este relatório como seu título indica traça as condições de vida das comunidades, seus hábitos alimentares e seus práticas em materia de gestão dos recursos naturais. este relatório também aborda as interações que existem entre as comunidades e os outros usuários da floresta na Ogooué-Ivindo. no final, ao apresentar o nível de consideração dos direitos das comunidades nos processos locais de gestão dos recursos naturais, o relatório conclui com a formulação de várias recomendações necessárias à implementação de um quadro de gestão concertada dos recursos naturais. ii -2) oportunidades / Recomendações para a zona do Ogooué- Ivindo atualmente, existem em Gabão, processos políticos, estratégicos e legislativos em andamento suscetíveis de criar oportunidades para reconhecer os direitos fundiários e os direitos de uso dos recursos pelas comunidades florestais. da mesma forma, o contexto do Ogooué-Ivindo devido à diversidade dos usuários do espaço e às relações às vezes conflituosas que daí decorrem com as comunidades locais, precisa mais do que nunca não apenas considerar os resultados presentes, mas também duplicá-los com novas comunidades para um mapeamento dos territórios aldeãos de toda a província. os resultados presentes poderiam ser capitalizados no âmbito dos processos seguinte: – a revisão dos protocolos de entendimento sobre a gestão da fauna no

bloco florestal Djoua- Zadié- Mwagne, a gestão da caça na inter- zona dos parques nacionais Minkébé- Ivindo e a gestão da caça ao longo do rio Oua até 2015. por outro lado, todos esses protocolos ainda não foram validados pelo ministro responsável pela aposição de sua assinatura. a Direção Geral de Águas e Florestas planejou se-

-- 42 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 43 gnar esses protocolos este ano, como revela o plano de trabalho an- nual (pta) 2011 do referido Ministério; – a elaboração dos planos de gestão dos parques nacionais do Ivindo, Min- kébé e de Mwagna; – a elaboração do mapeamento comunitário pelos concessionários no âmbito da elaboração de seu plano de manejo (concessões florestais e minerais) ; – a identificação das comunidades que devem se beneficiar das repercussões das explorações minerais e florestais; – a delimitação dos parques nacionais e de suas zonas tampão e peri- féricas; – os processos de zoneamento das florestas a nível local; – a criação de florestas comunitárias; – o compartilhamento com as comunidades locais dos benefícios oriundos da ex- ploração dos recursos naturais (concessões florestais e mi-nières)

-- 43 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 44 iv - Zona do Estuário: Margem Esquerda iv -1) Resultados do projeto em Pongara a) em termos de fortalecimento de capacidades en termos de formação e fortalecimento de capacidades, o departamento do Komo Océan abrigou um importante workshop de reciclagem e formação de facilitadores em mapeamento participativo: formação e fortalecimento de capacidade Previsão do quadro lógico 10 novos facilitadores 10 16 facilitadores reciclados 18

-- 44 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 45 a esse respeito, 26 facilitadores foram formados em mapeamento participativo. tratava-se de nove (9) agentes das administrações públicas envolvidas na gestão dos recursos naturais e de dezessete (17) membros de ONG. as atividades desenvolvidas na Margem Esquerda também serviram como um quadro de fortalecimento das capacidades das populações locais. de fato, 12 cartógrafos locais distribuídos da seguinte forma beneficiaram de formação em manuseio de GPS e coleta de dados cartográficos: Aldeia Chinchoua, Mvan Ayong, Atonda Simba, Bissobi- nam, Matek Mavie, Alarmeké, Oveng e Pointe-Denis Número de cartógrafos Formados 2 2 2 2 2 2 Total 12 b) em termos de mapas e documentos produzidos Mapas Produzidos no total, 6 mapas dos territórios aldeãos e do uso dos recursos naturais das comunidades foram produzidos. (veja figuras p.46-48)

-- 45 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 46 mapa 1 : uso dos recursos naturais pelas comunidades das aldeias Oveng, Alarmeké, Matek Mavi mapa 2 : uso dos recursos naturais pelas comunidades da Pointe-Denis

-- 46 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 47 mapa 3 : uso dos re- sursos naturais pelas com-unidades de Atonda Simba mapa 4 : uso dos recursos naturais pelas comunidades de Bissobin am e Odoko

-- 47 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 48 mapa 5 : uso dos recursos naturais pelas comunidades de Nvan Ayong mapa 6 : uso dos recursos naturais pelas comunidades de Chinchoua

-- 48 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 49 em resumo, 6 mapas definitivos foram realizados graças à coleta de mais de 400 coordenadas GPS pelas comunidades representando os locais de atividades de 8 aldeias com uma população de aproximadamente 945 indivíduos foram os principais resultados obtidos. veja tabela abaixo Número de cartógrafos locais formados Número de aldeias Número de Indivíduos Número de pontos GPS Número de mapa aos solos Número de mapa produzido Número de relatório pro- duzido 12 8 945 400 5 6 6 Documentos produzidos Um Relatório de Estudo intitulado: « Modo de vida e Gestão dos Recursos Naturais pelas Comunidades que vivem na periferia do Parque Nacional de Pongara » esse relatório que apresenta como seu título indica o modo de vida e de gestão dos recursos naturais pelas comunidades, bem como as principais dificuldades que enfrentam no acesso a esses recursos foi produzido com o intuito de apoiar os mapas participativos. todo apresentando o contexto histórico, o presente relatório apresenta o forte apego das comunidades da zona ao uso dos recursos naturais para sua sobrevivência. este relatório também fala sobre os problemas relacionados à gestão dos recursos naturais (existência de práticas de má gestão de recursos naturais, conflitos no uso do espaço, falta de um quadro de diálogo entre os diferentes usuários da floresta, problema de acesso e uso dos recursos pelas comunidades, falta de delimitação do parque e de sua zona periférica, falta de retornos da exploração florestal para as comunidades etc.) na zona e apresenta algumas recomendações (educação ambiental, desenvolvimento de alternativas à caça, consideração dos direitos de uso das comunidades na gestão do parque e da concessão florestal, materialização das limites do parque e de sua zona periférica etc.) como solução foram feitas a esse respeito.

-- 49 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 50 Um Relatório de restituição das atividades de mapeamento participativo realizadas com algumas comunidades vivendo dentro e na periferia do Parque nacional de Pongara visando proceder à restituição dos resultados dos projetos intitulados para um « mapeamento participativo na bacia do congo » e para o outro «Facilitar a implicação das comunidades na gestão dos parques nacionais em Gabão» que a Brainforest implementou da zona desde o ano 2009, em collaboração com os diferentes grupos cibles (comunidades locais, sociedade civil, autoridades administrativas, gestores dos recursos naturais), esta em colaboração com a Rainforest Foundation UK, organizou um workshop sobre a restituição dos trabalhos de mapeamento.\natravés deste, tratava-se de forma global de contribuir para a implementação na zona de Pongara de um quadro de gestão concertada dos recursos naturais que considere os direitos das comunidades locais e indígenas. de forma específica, tratava-se de: – Fazer uma restituição dos trabalhos de mapeamento e de pesquisas parti- cipativas realizadas sobre a gestão das florestas pelas comunidades locais e indígenas de Pongara ; – Facilitar o diálogo entre os diferentes atores envolvidos na ges- tão das florestas de Pongara sobre o sistema atual de gestão dos res- sursos naturais e as mudanças desejadas ; – Facilitar a consideração dos direitos das comunidades nos pro- cessos locais de gestão das florestas através da capitalização dos tra- vallos de mapeamento e das pesquisas participativas realizadas ; – amorcer a reflexão sobre a ideia de implementação de um comitê de acompanhamento de gestão dos recursos naturais na zona de Pongara. esse relatório aborda amplamente o desenvolvimento e o conteúdo das trocas das resoluções que foram tomadas visando a implicação efetiva das comunidades e a boa gestão dos recursos do parque nacional de Pongara e de sua periferia.

-- 50 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 51 iv -2) opportunidades / Recomendações para a Margem Esquerda (pongara) ao final do nosso trabalho e com base nas diferentes informações

coletadas e das quais o essencial figura em os diferentes raportes, nós faremos as recomendações siguentes e que, embora não sejam a panaceia para todos os problemas inventariados, constituem, no entanto, um começo de solução para estes. Educar, Formar e Sensibilizar as comunidades sobre a lei dos parques nacionais e a gestão sustentável dos recursos naturais um dos pré-requisitos para os gestores do parque deve consistir em uma ampla divulgação da lei dos parques que, por sua vez, aborda amplamente os contornos, os desafios e as modalidades de criação e gestão dos parques nacionais. A lei dos parques nacionais, através de seu artigo 2, abunda de maneira explícita nesse sentido quando fala da informação, da educação e da comunicação ambiental como ferramentas de promoção da política de proteção e valorização sustentável dos parques nacionais. tal é também o caso da convenção africana sobre a conservação da natureza e dos Recursos naturais. de fato, em seu artigo xx que trata do fortalecimento das capacidades, da educação e da formação, este texto menciona claramente que é dever dos estados-partes trabalhar para a promoção da educação, da formação e da sensibilização das populações em todos os níveis em matéria de meio ambiente, para que elas tenham uma melhor consciência da estreita dependência em que se encontram em relação aos recursos naturais e compreendam melhor as razões e as regras da utilização sustentável desses recursos. Estabelecer um quadro concertado de gestão dos recursos naturais os desafios políticos em escala internacional e a busca de soluções alternativas às orientações clássicas de gestão das florestas, estão na origem da exploração de novas abordagens de gestão dos recursos naturais (nguinguiri, 1997).

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 52 hoje, a evolução das práticas de gestão est le passagem duma abordagem centralista para uma abordagem participativa (gestão participativa ou contratual). essa visão foi, aliás, ratificada pelo nosso legislador através dos artigos 18 e 45 que preveem, no âmbito da gestão dos parques nacionais, a criação de comitês consultivos de gestão locais nos quais os responsáveis do parque cooperam com as autoridades locais. esses comitês aparecem, portanto, como quadros adequados de concertação entre os gestores da área protegida e os outros atores que intervêm no parque seja de maneira direta, seja de maneira indireta. através desses- ci, tratar-se-á então, para uns e outros, de abordar todas as questões relacionadas com a gestão do parque nacional com o objetivo de estabelecer uma política de gestão que beneficie os diferentes atores. Proceder, por um lado, à materialização dos limites do parque e, por outro lado, à delimitação e à materialização das zonas de amortecimento e periféricas do parque nacional a fim de torná-lo visível não apenas para as comunidades ribeirinhas, mas também para todos os outros usuários, acreditamos que um trabalho prioritário de materialização dos limites do parque deve ser realizado em campo. a esse trabalho preliminar deve ser acrescentada a delimitação e a materialização das zonas de amortecimento e periféricas do parque nacional. e para mais eficácia, nós recomendamos o uso do método de mapeamento participativo. Reconhecer os territórios comunitários, levar em conta os direitos consuetudinários e valorizar os saberes locais das comunidades na gestão do parque a convenção internacional sobre a biodiversidade adotada em na Cúpula da Terra, realizada no Rio em junho de 1992, recomenda aos Governos que “ preservem os métodos tradicionais de conservação e de utilização sustentável da diversidade biológica e se inspirem o máximo possível, envolvendo plenamente as populações afetadas em seus esforços”.

Relatório de Síntese Global das atividades 53 para posey (1995), cada povo possui seu teK (conhecimento ecológico tradicional), certo é un ensemble de conhecimentos étnicos tradicionais. por outro lado, na áfrica, o discurso dos decisores políticos domínio da gestão dos recursos naturais evoluiu significativamente. eles insistem cada vez mais em uma real

participação das populações locais nas decisões sobre a gestão dos recursos de seus territórios. na eficiência, dentro do seu artigo XVII que trata dos direitos tradicionais das comunidades locais e conhecimentos tradicionais, a convenção africana sobre a conservação da natureza e dos recursos naturais faz as seguintes recomendações: as partes adotam medidas legislativas e outras para garantir que os direitos tradicionais e de propriedade intelectual das comunidades locais, incluindo os direitos dos agricultores, sejam respeitados, de acordo com as disposições da presente convenção. as partes adotam as medidas necessárias para permitir uma participação ativa das comunidades locais no processo de planejamento e gestão dos recursos naturais dos quais dependem, a fim de suscitar incentivos, sob o plano local, à conservação e à utilização sustentável desses recursos. essa lógica é também apoiada pela lei dos parques nacionais em seu artigo 21 quando recomenda à administração dos parques que elabore os planos de gestão dos parques nacionais após consulta a todas as partes interessadas, incluindo as comunidades da zona periférica e aquelas que vivem, se for o caso, dentro do parque no momento de sua criação. para o legislador, o plano de gestão deve necessariamente levar em conta os usos e direitos consuetudinários. Gerir o conflito Homem-Animal Neste aspecto, as comunidades afirmam sofrer mais desastres por parte dos elefantes. para elas, o elefante representa um obstáculo considerável à prática das atividades agrícolas. Em algumas aldeias como Makok, a atividade agrícola foi definitivamente abandonada devido às numerosas incursões dos rebanhos de elefantes nos campos.

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 54 Desenvolver alternativas à caça a fim de limitar a pressão exercida em matéria de caça sobre o parque nacional, acreditamos ser prudente desenvolver de maneira participativa alternativas à caça. essa preocupação foi, aliás, amplamente levantada pelas comunidades durante nossa passagem. as áreas prioritárias identificadas são as seguintes: – le desenvolvimento de microprojetos e atividades geradoras de receita nas aldeias; – le fortalecimento das capacidades agro-silvo-pastoris das comunidades (agricultura, pecuária, produtos florestais não madeireiros e organização dos mercados); – le desenvolvimento do ecoturismo e valorização dos saberes locais.

Relatório de Síntese Global das atividades 55 Dificuldades a mise en obra do projeto d nestas zonas a conhecido de numerosas perturbações devido aos seguintes elementos: – le clima político e social preocupante (falecimento do presidente, movimentos pré e pós eleitorais durante a última eleição presidencial etc.); – a cessação das atividades com as comunidades durante um longo período suíte às dificuldades organizacionais e funcionais in- ternas: – a falha da balsa para facilitar a travessia de pessoas e veículos para as aldeias do lado de ikobey; – a ausência de disponibilidade dos parceiros do projeto em certas circunstâncias e sua instabilidade em seu meio de vida; – a má percepção inicial do projeto e as reticências de algumas autoridades locais e administrações técnicas envolvidas em facilitar sua implementação; – a obrigação prévia de obter uma autorização junto à anpn para apoiar as comunidades no mapeamento de seus territórios comunitários localizados no parque nacional do ivindo; – o alto custo da logística para a realização das atividades em certas localidades devido à situação geográfica das aldeias afetadas, cujo acesso só é possível por via fluvial; – as missões de combate ao tráfico realizadas pela anpn logo após as missões de coleta de dados realizadas no âmbito da implementação do projeto em pongara; – o fato de a equipe do projeto estar baseada em libreville sem um suporte perma- nente em campo também foi um grande bloqueio em termos de per- manência da atividade em campo.

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 56

-- 56 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 57 conclusão geral De maneira geral, o projeto de mapeamento participativo terá permitido tudo en renforçando as capacidades dos parceiros d'appuyer das comunidades locais d na produção das cartas dos terroirs comunitários e da utilização de recursos. essas cartas serviram, aliás, de base para as trocas multiatores visando uma melhor consideração dos direitos das comunidades nos processos locais de gestão dos recursos naturais e, consequentemente, de resolução de conflitos relacionados à gestão dos recursos naturais. eu égard à cela, o mapeamento participativo s'impose como un outil eficaz de consulta e de envolvimento das comunidades em todos os processos nacionais relacionados à gestão dos recursos e das terras. no entanto, o mapeamento participativo do qual se trata aqui é aquele que é praticado de acordo com as regras da arte, ou seja, aquele que é realizado com base duma métodologia bem precisa com as comunidades au centro do processo. não se trata certamente de fazer uso de um mapeamento para objetivos ignóbeis, cuja finalidade seria restringir a utilização das florestas pelas comunidades. Uma tal abordagem teria então como principal incidente esvaziar o mapeamento participativo de sua essência d'outil de consulta e de consideração dos direitos.

não se trata certamente para nós, de fazer do mapeamento participativo a panaceia em matéria de gestão de conflitos relacionados à utilização dos recursos naturais. no entanto, este tem o mérito, quando realizado

-- 57 de 60 --

projeto de mapeamento participativo na bacia do congo 58 de maneira satisfatória, de servir de base sólida para as discussões entre os diferentes atores envolvidos na gestão dos espaços comuns ou vizinhos.\nc'est la raison pour laquelle, nous recommandons l'usage de la cartographie participative dans les processus ci-après: – le processus d'élaboration des plans d'aménagement et des plans de gestion des parcs nationaux, concessions forestières et minières ; – la realização de la cartographie communautaire dans le cadre de l'ex- ploitation forestière et minière; – le zonage des forêts et l'affectation des terres en milieu rural; – la délimitation des parcs nationaux et leurs zones périphériques; – la création des forêts communautaires.

-- 58 de 60 --

Relatório de Síntese Global das atividades 59

-- 59 de 60 --

BRAINFOREST Quartier Ambowé, B.P : 23 749 Libreville – Tel : 07 97 84 25 E-mail : info@brain-forest.org – www.brain-forest.org N° emregistrement : 00265/MISPD/SG/CT - NIF : 89616C

-- 60 de 60 --